

A introdução de computadores no Ministério da Fazenda: entrevista com Antônio Delfim Netto¹

*The introduction of computers in the Ministry
of Finance: interview with Antônio Delfim Netto*

Lucas de Almeida Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo | IFSP

O economista Antônio Delfim Netto é figura icônica na história econômica e política do Brasil, especialmente por seu trabalho como ministro durante os governos militares, inicialmente em um período de sete anos no Ministério da Fazenda (1967-1974) e outros seis na Secretária de Planejamento da Presidência (1979-1985). Esta entrevista aborda um aspecto pouco conhecido da atuação de Delfim na Fazenda: a consolidação do uso de processamento eletrônico de dados para fins tributários e fiscais. Durante sua gestão o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) passou a atuar de forma mais efetiva no Departamento de Imposto de Renda e para além dele, por meio de contratos de parceria e consultoria técnica com a Caixa Econômica Federal, Correios, entre outras grandes empresas. Trata-se de um período de informatização da administração pública nacional que foi, em grande parte, capitaneada pelo SERPRO, seja em consultorias, seja na assistência técnica.

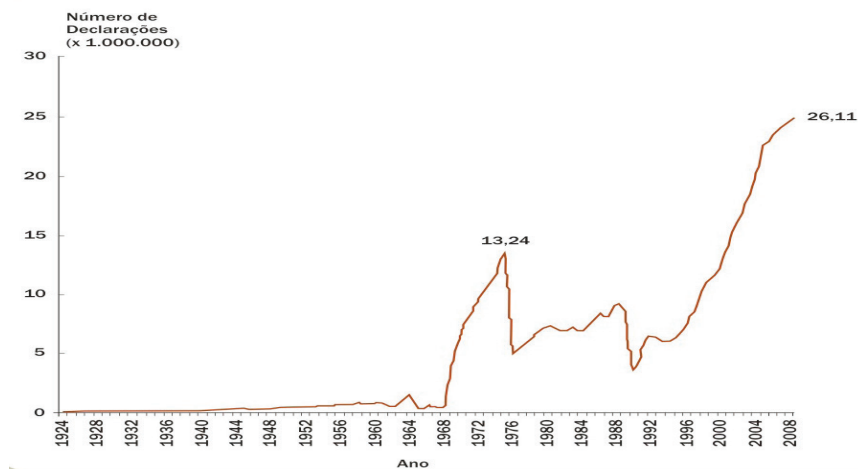
Ao longo da entrevista veremos que o contato de Delfim com computadores deu-se ainda na primeira metade da década de 1960, enquanto professor da Faculdade de Economia e Administração da USP. Neste período ele e outros pesquisadores da FEA utilizavam o primeiro computador adquirido pela universidade, instalado no Centro de Cálculo Numérico, modelo IBM 1620, em cálculos de econometria. Foi assim que ocorreram os primeiros contatos entre Delfim e o jovem engenheiro José Dion de Melo Teles, que havia se formado há pouco tempo no ITA.² Delfim chegou a pensar em implantar o uso de computadores na secretaria da fazenda do Estado de São Paulo, em seu período como secretário na gestão de Laudo Natel, o que só aconteceria a partir de 1969 com a criação do PRODESP. Em 1967 ao assumir o Ministério da Fazenda, convocado por Costa e Silva, que um sistema de processamento de dados em sistema fazendário foi utilizado em larga escala a partir da reformulação do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública federal de processamento de dados que havia sido criado em 1964 mas não era totalmente operacional.

É importante frisar neste caso que o uso de computadores no Ministério da Fazenda era discutido desde o início da década de 1960. Até 1964 os Na edição de O Globo de 12 de março de 1964 o último ministro fazenda de João Goulart, Nei Galvão, afirmava ser fundamental a aquisição de quatro computadores modelo UNIVAC 1004/07 argumentando que "se torna urgente a aquisição uma vez que a paralisação dos serviços mecanizados naquelas delegacias importará em

verdadeiro colapso na arrecadação de tributos, com consequências imprevisíveis na execução orçamentária do corrente exercício” (O GLOBO, 12/03/64, p. 6). O fato de indicar a marca e modelo demonstram que não havia a intenção de se abrir um processo de licitação nessa compra, que se realizada, alcançaria os milhões de dólares. O projeto de Galvão não foi adiante em função do golpe militar de 1º de Abril de 1964, mas a ideia de informatizar a fazenda manteve-se entre as prioridades do novo governo, que se apoiaria, neste sentido, nas recomendações advindas da Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda. Em meados de 1963, alguns meses antes das declarações de Nei Galvão ao Globo, foi formado o contrato entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo objetivo era elaborar um conjunto de pareceres técnicos acerca de uma reforma administrativa e tributária no ministério.

O projeto foi o maior contato de consultoria realizado no país até então, com valor de aproximadamente 200 milhões de reais, estendeu-se ao longo três anos e seus resultados foram publicados em 38 volumes, sendo dois deles integralmente voltados ao SERPRO.³ Ainda sem equipamentos o SERPRO foi inaugurado mediante Decreto-lei em dezembro de 1964, mas manteve-se em atividades restritas, sendo incapaz atender de fato sua principal demanda, a automação das atividades referentes ao imposto de renda. Ao assumir a Fazenda, Delfim Netto, em confluência com as diretrizes do projeto de reforma do ministerial, buscou dotar o SERPRO de maior autonomia, alterando inclusive seu estatuto em agosto de 1970. Ele também decidiu colocar à frente da empresa pública o engenheiro Dion Teles, que havia conhecido no período da USP, com a missão de informatizar a apuração do imposto de renda, processo que começou em 1968 e alcançou números expressivos: entre 1968 e 1969 o número de contribuintes do IR saltou de menos de um milhão para aproximadamente treze milhões, sendo que apenas em 1969, ano no qual o SERPRO passou a ser totalmente operacional, saltou de 403.400 para 4.438.480 declarações (Cf. Ministério da Fazenda, 2010). A partir de 1976 e com o fim do chamado “milagre econômico” e a crise do petróleo o número de declarações caiu, também bruscamente, se estabilizando em cerca de cinco milhões de declarações anuais. Podemos observar esse movimento a partir do gráfico abaixo:

Gráfico I – Evolução do número de declarações do imposto de renda



Fonte: Relatórios da Delegacia Geral, da Diretoria, da Divisão e do Departamento do Imposto de Renda e sistemas gerenciais da SRF. Disponível em Ministério da Fazenda, 2010.

A partir da gestão de Delfim os computadores passaram a ter crescente relevância no Ministério da Fazenda, a adoção de políticas como o PIS, a criação do Cadastro de Informação do Contribuinte (CIC) – documento de caráter fiscal que tornou-se um dos principais documentos sociais do país o Cadastro de Pessoa Física (CPF) – contribuíram para o crescimento vertiginoso do mercado de informática no Brasil entre 1969 e 1974.⁴ Neste sentido foram discutidas a questão do mercado e da política nacional de informática.

A entrevista não se resume à questão do processamento de dados, Delfim Netto tratou também da relação das Forças Armadas com a ciência e tecnologia em áreas como o Programa Nacional de Energia Nuclear e as telecomunicações, bem como de temas relacionados à sua formação e trabalho em ministérios.

Lucas Pereira: Em algumas entrevistas o s.r. se definiu como um socialista fabiano no início de carreira e posteriormente trilhou por um caminho mais liberal. Como o s.r. encarava a relação entre desenvolvimento e tecnologia?

Antônio Delfim Netto: Deixa eu lhe dizer, socialismo Fabiano foi um sonho de juventude pode parecer incrível mas era coisa de 15, 16 anos quando eu era office boy na companhia Gessy Industrial e lá tinha um companheiro, Airton Alves Aguiar, que era muito competente, e lia muito e ele acabou me induzindo a ler os livros do Hg Wells, daquela... Você é muito moço para saber disso, da companhia nacional, que era uma coletânea dirigida pelo Monteiro Lobato e pelo Rangel, introduziu os livros do H.G. Wells, de lá eu acabei me enfiando nesse jogo. O socialismo Fabiano é uma coisa muito interessante porque ele avançaria no fundo sempre democraticamente, por eleição e tudo isso, mas tinha um defeito nisso, eu percebi depois, é que no programa original estava a nacionalização dos fatores de produção, depois eu aprendi que isso não funciona, não tem como funcionar e foi uma coisa que acompanhou o fracasso do socialismo o tempo todo. Não tinha. No fundo no fundo eu me libertei um pouco dessas ideias foi quando eu estava no primeiro ano da USP, no segundo ano, quando eu li um livro do Stigler sobre teoria de preços. Ai me convenci de que tudo aquilo era no fundo um sonho generoso. Me convenci de que pra resolver o socialismo você tem que compatibilizar três valores que são incompatíveis: a liberdade, a igualdade e a eficiência. A igualdade briga com a liberdade. De fato, a igualdade mata a liberdade. Cada vez que a igualdade supera o valor da liberdade ela afoga a liberdade e que igualdade e eficiência é muito pouco provável por que para obter eficiência você precisa de uma certa hierarquia, os três valores não podem ser obtidos juntos. Desde então a minha ideia era o seguinte, como é que você constrói essa sociedade, já que é impossível deles serem maximizados ao mesmo tempo. Você tem que encontrar um jeito de se aproximar deles. E eu acho que o que o homem descobriu quase por uma seleção genética e que a única forma de se aproximar deles é através do jogo entre o mercado e a urna. A urna é um produto do sufrágio universal. O que é o sufrágio universal? É o produto da organização do trabalho pra se defender do abuso do capital. A urna é sempre mais favorável à igualdade e o mercado insisto, não é compatível com a igualdade. Então à medida que você tem esse sistema que se chama de capitalista, dê a ele o nome que você quiser, e o processo democrático, se, digamos, o mercado abusa de seu poder econômico, da sua dominação sobre o trabalhador, a urna vem e corrige. Se a urna exige mais igualdade o mercado vem e corrige porque não tem mais crescimento. Você erra no meio do caminho, escolhe mal, mas a continuidade do jogo deve levar a construir uma sociedade que chamo de civilizada.

O fundamental dessa sociedade civilizada é a igualdade de oportunidades. A posição de cada indivíduo não depende do lugar onde ele nasceu. Não importa se eu fui fabricado na suíte presidencial do Waldorf Astoria depois de uma noite de bale de vestido branco e comprido, ou se eu fui concebido de repente, ao acaso, sem querer numa noite chuvosa embaixo do museu Ipiranga. Uma vez produzido eu sou senhor de direitos. E que direitos? Do direito de produzir meu aparato de compreensão do mundo da mesma forma que o sujeito que nasceu lá no Waldorf Astoria. E o que é fundamental para isso? É o sonho que está na constituição que é saúde e educação universais e gratuitas. Esses são os dois mecanismos que produzem a igualdade de oportunidades. Então essa sociedade é muito desigual, essa sociedade é injusta, como é que você da moralidade a essa sociedade? Porque é uma corrida, o capitalismo é uma corrida, o mercado é uma corrida, o mercado é passar na cabeça do outro, você pisa na cabeça do outro, é uma competição, como diz ele mesmo. Quando é que a corrida é justa? Quando todo mundo sai do mesmo ponto. Isto é igualdade de oportunidade. A chegada depende da tua sorte, do DNA, das circunstâncias, chegar atrás não é pecado, chegar na frente não é pecado, desde que vocês tenham partido do mesmo lugar. Então essa sociedade tem uma qualidade e ela é extraída da qualidade da igualdade de oportunidade. Quanto maior for a igualdade de oportunidade, digamos mais justificativa moral você tem você ter um sistema que é economicamente eficiente.

LP: Como se deu sua entrada na secretaria de finanças do Estado de São Paulo?

DN: A vida é um acaso, não existe lei histórica, não existe lei de nenhuma natureza isso é tudo papo pra boi dormir,

principalmente de economistas e sociólogos de forma que eu primeiro não queria ser economista. Quando estava na Gessy, estava me preparando, tinha terminado, terminei o curso de contador, o velho curso de contador no qual a abertura do curso de contador quando se regularizou a nova profissão os antigos adquiriram a oportunidade de trabalhar na universidade, eu imaginava ser engenheiro, ai abriu se criou a faculdade de economia e eu fui pra faculdade de economia e era muito difícil estudar porque você precisava de tempo integral. E eu fiz o concurso no DR pra poder trabalhar meio dia pra e eu fiz o curso, mostra como isso aqui é um pais fantástico, eu fiz o curso inteirinho e gastei seis mil réis, comprei um selo que era o que se exigia, fui ao correio e comprei um selo de seis mil réis pra passar na língua e colocar no documento em que eu poderia fazer a inscrição na escola por ter sido aprovado no vestibular e nunca mais a universidade me deu tudo, papel, lápis, máquina de calcular, uma roleta pra aprender a jogar probabilidade, tudo, uma biblioteca, ou seja, lá tinha pessoas de vários níveis, todos tendo tido a mesma igualdade de oportunidades, eu tinha nascido no Cambuci que era um bairro pobre e tinha lá gente bem posta familiarmente. Isso mostra que você tinha que é uma sociedade onde você tem a chance de crescer.

Eu não escolhi a minha profissão, foi ela que me escolheu. Por isso que eu fui feliz a vida inteira. Eu nunca trabalhei, até hoje eu não trabalho. Eu estou me divertindo aqui com você, quando eu sento pra escrever um artigo eu estou me divertindo, quando tenho a satisfação de fazer uma palestra na escola eu vou com alegria, porque continuo me divertindo. Na minha opinião quando fiz o curso na escola de economia tive muita sorte. Tinha um professor de economia política, era um francês o Paul Hugon, era um institucionalista, um homem muito cuidadoso, tinha uma grande ênfase na história do pensamento econômico, que me ensinou sempre desde o início a ser muito cético, a prestar atenção nos problemas de aproximação metodológica. Depois tive um professor de sociologia o Heraldo Barbuy que era realmente uma coisa fantástica de abertura do mundo. Você imagina que em 49 ele fazia seminários estudando o Simmel, teoria da moeda, então eram coisas formidáveis ele abriu a mente da gente. Nunca foi estritamente apenas técnica de economia, você tinha história tinha uma professora estupenda que era a Alice Canabrava, tinha um professor de moeda crédito e comércio Durval Teixeira Vieira e um professor de matemática muito bom o Stevens. A escola sempre foi muito aberta, eu fui o primeiro aluno que chegou a ser assistente e depois professor e nós sempre mantivemos uma escola aberta. A escola sempre teve marxistas, mainstreams, institucionalistas, nunca houve discriminação.

142

LP: Não havia uma linha ideológica em comum?

DN: Nunca teve uma linha ideológica, ela sempre foi muito aberta e caminhou num sentido bastante razoável. Então este processo me levou, eu era professor e assessor, fui pra Associação Comercial como Assessor, em 1952, lá eu encontrei gente fantástica. Pessoas práticas que tinham vindo depois da guerra, que conheciam comércio internacional, sabiam das coisas eram operadores mas não eram operadores como o comerciante comum, eram operadores que tinham curso superior e vieram pro Brasil e todos fizeram fortuna, porque sabiam das coisas. Eu aprendi muito da vida prática ali. Depois fui trabalhar na Bacia Paraná-Uruguai, fui trabalhar pro governo Carvalho Pinto no Plano de Ação, foi talvez o único planejamento que teve algum sucesso. Mas nunca tive nada que ver com o governo. Quando houve a interferência o Adhemar, o Brasil tinha tido a revolução estava se pondo em ordem as finanças públicas e o Adhemar que era uma pessoa muito culta, muito esperta, tinha uma visão profunda, mas ele era arteiro em matéria de finanças, ele fazia arte, então decidiu emitir 100 milhões de Títulos de Crédito de Dívida circulatória do Brasil em São Paulo e que ia destruir o plano do Bulhões e do Roberto Campos, houve intervenção, o vice do Adhemar que tinha sido eleito independente dele, porque naquele tempo você escolhia vice separado, era o Laudo Natel, um sujeito absolutamente brilhante, trabalhou a vida inteira no Bradesco, brilhante um sujeito cuidadoso, bom administrador e que era meu conhecido na associação comercial e ele foi escolhido, escolhido não porque ele tinha sido eleito, portanto ele foi empossado e ai ele me escolheu pra ser secretário da fazenda. E como eu cheguei a ministro? Por outro acidente. O Costa e Silva e tornaria o presidente da república. Pediu pro Ruy Gomes de Almeida que era presidente da associação comercial do Rio, uma indicação de um economista que tivesse alguns conhecimentos de agricultura e o Rui indicou meu nome. Naquela tempo eu trabalhava com café.

LP: O senhor havia escrito uma tese sobre café.

DN: É, e ele me convidou pra fazer a palestra. Eu fui fazer a palestra, acho que outubro, não sei, fiz a palestra me despedi e fui embora. Nunca mais tive nenhum contato com ele, era secretário da fazenda continuei secretário da fazenda. O Laudo saiu entrou o Sodré escolhido pela Assembleia e o Sodré me convidou para continuar. Um dia desses chegando em fevereiro de 1867 eu recebo uma carta do costa e silva me convidando pra ser ministro. Por carta, nunca

LP: Pessoalmente nada?

DN: Nada, nada. E é assim que eu cheguei e fui embora posteriormente. Ou seja, a vida é um acidente, a história é um acaso.

LP: É descontínua...

DN: É....

LP: A administração paulista foi pioneira no uso de computadores para cálculo de impostos, como o senhor avalia essa experiência?

DN: Na verdade nós, na secretaria da fazenda trouxemos um computador, um 1130 (IBM) e a sociedade era mais ingênua, você tinha uma ideia falsa do que era um computador.

LP: Cérebro eletrônico...

DN: É, então o nosso marqueteiro inventou uma história, a publicidade era uma fotografia do 1130 que era uma coisa misteriosa e dizia ele está de olho em você, que era pro sujeito pagar imposto, você compreende. Já era um outro. Estava havendo uma revolução na administração pública do mundo inteiro quando nós fomos para o governo federal o Amílcar de Oliveira Lima nos ajudou, trabalhou comigo a vida inteira, nós fizemos o SERPRO, introduzimos o sistema de computação no Brasil inteiro, na Receita Federal. Nos anos 1970 a receita federal brasileira era usada como exemplo pelo Banco Mundial para os países subdesenvolvidos. Naquele tempo chamava mundo subdesenvolvido, hoje é emergente.

A lei de proteção à informática foi outro negócio, infelizmente muito mal feito porque foi entregue a pessoas primitivas, atrasou inclusive o setor industrial. Quando nós tínhamos um programa formidável de construir uma base exportadora da indústria automobilística que foi um programa muito bem sucedido e depois como tudo no Brasil não se procede você não podia por tecnologia embarcada, isso atrasou o Brasil de maneira importante. Eram decisões que tinham outro objetivo. No fundo o domínio da técnica de TI era igual à necessidade do domínio da tecnologia do átomo. As duas estavam ligadas. Ninguém fez o controle de TI simplesmente por prazer de controle, tinha um objetivo final que era dominar o átomo e o TI, e o vetor portador que é o foguete. E tudo isso exigia o que? TI à vontade, TI que não existia disponível, existia disponível pra você comprar o computador mas não havia pra fabricar o seu programa então algumas pessoas eu acho levaram esse setor que estava encarregado desse programa a acreditar que podiam levar o país a um programa independente. Não podia como não aconteceu, mas são duas coisas completamente diferentes. O programa de TI e o programa de modernização do serviço público através de TI.

LP: Eu gostaria de voltar depois à essa questão da lei de informática, mas antes pouco tempo após sua chegada ao ministério foi concluída a redação do projeto de reforma do Ministério da Fazenda que foi encaminhado pela FGV desde 1962, e nela se propõe a construção de um serviço de processamento de dados. Quando o s.r. chegou à Fazenda buscou aplicar elementos do relatório?

DN: Nos levamos em conta isso aí, mas realmente aquilo foi uma situação autóctone na fazenda, porque você juntou os fiscais, você mudou completamente o regime, uma mudança completa do sistema. Isso se deve muito, basicamente, ao trabalho do Amílcar de Oliveira Lima.

LP: Em 1964 foi criado o SERPRO mas ele só foi funcionar efetivamente...

DN: Só em 1967-1968.

LP: Exato, qual a importância dele dentro do ministério da fazenda?

DN: Ele era fundamental, se você quisesse ter uma secretaria da Receita eficiente não tinha outro caminho. E aí o Dion teve um papel importante, o Dion Teles. Ou seja, nós estávamos cercados de gente muito competente nesse processo.

LP: No Globo de 16 de outubro de 67 aparecia uma nota que informava que o s.r. estava organizando um grupo de trabalho composto por membros do Serpro, da secretaria da fazenda da Guanabara e da ABRACE visando incentivar o uso de processamento de dados na gestão. Desde o início o s.r. tinha esse pensamento?

DN: Sem dúvidas, eu tinha saído da secretaria de São Paulo, aqui era a coisa mais simples porque realmente o ministro da fazenda tinha uma certa importância nomeação dos secretários da fazenda. Na verdade tinha um grupo, todos se conheciam, todos eles eram gente preparada que tinha qualificação, era gente preparada compreende? De forma que tudo isso não nasceu por acaso, isso foi um projeto.

LP: E durante esse projeto ocorreu na arrecadação do imposto de renda um crescimento exponencial inédito, atingindo mais de 10 milhões de declarações contra 1 e meio, dois anteriormente, como se deu esse processo de aprimoramento da fazenda e qual o peso dele na primeira metade da década de 1970?

DN: Acontece o seguinte, o governo não cria nada, o governo é um transferidor de recursos. A ideia de que o governo produz recursos é muito mais antiga e voltou depois. Quer dizer, a partir de 1964 ninguém acreditava que o governo cria recurso, a gente sabia que o governo é um transferidor de recurso e em geral um péssimo transferidor de recursos, porque o governo precisa transferir 10, ele pega 10 de imposto consome cinco e transfere cinco. Isso era assim até 1964, como foi assim depois de 1985, você tem um interregno que terminou, agora voltou depois do plano real melhorou um pouco. Mas a Fazenda não. A Fazenda teve um aprimoramento constante, hoje eu não tenho dúvida que a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Receita é uma das coisas mais bem constituídas no Brasil, com gente com tradição, com hierarquia, com preparo, ela se cultiva, ela tem cursos na escola de administração. São duas instituições, na minha opinião, de alta capacitação. A qualidade do serviço público melhorou muito, o que piorou foram os governos, isso é outra coisa, mas a qualidade do operador do serviço público melhorou muito. Eles são hoje muito mais qualificados do que eram no passado, mas obviamente quem controla isso é a política.

LP: Os seus primeiros anos no ministério da Fazenda também coincidem com um forte investimento estrangeiro de algumas agências notadamente a USAID, no Brasil e a USAID também teve algumas relações com o SERPRO e com alguns setores de informática, qual o peso dos aportes da usai na sua gestão?

DN: Foram importantes, até como concepção. Produzia uma economia de recursos enorme. Quando nós entramos no programa que recebia trigo subsidiado o que você fazia com o recurso? Estava investindo, você está recebendo trigo mais barato, mas está pondo dinheiro em obra pública, basta ver o seguinte, nesse período a carga tributária era 23, 24% do PIB e o investimento público era 5% do PIB. Você sabe que praticamente para manter o nível da máquina pública de investimento, digamos simplesmente para restabelecer o valor do patrimônio utilizado você precisa de dois e meio, três por cento ao ano que é a taxa de depreciação, eles tem trinta anos mais ou menos que é a taxa de vida. Hoje você investe menos do que três você está consumindo patrimônio, você não está acrescentando está construindo (erro consumindo) capital e não está acrescentando capital. De forma que, era o seguinte, 33, 34, 23 24 era a regra de 19 cinco era investimento logo o estado investia cinco por cento do PIB. Hoje a carga tributária é de trinta e seis por cento, o investimento não chega a dois, logo o estado consome 34 por cento do PIB. Isso é uma questão elementar não precisa ser físico quântico qualquer sujeito sabe que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Qualquer um de nós que frequenta a universidade sabe que aquilo lá é uma instituição pública. O serviço público tem o seu próprio tempo. Ele funciona arrastado, começa na terça-feira de manhã na verdade e termina na quinta-feira à noite, o fim de semana é mais comprido, eles se cultivam, tem um sistema em que não é eficiente. Na administração pública todos se acomodam com certo nível de esforço e não maximiza nada está todo mundo acomodado naquele nível. O que acontece se o setor privado é mais produtivo que o setor pública, se eu aumento a transferência para o setor público

eu estou dando mais peso para o setor que tem menos eficiência. A taxa de crescimento deve cair, é uma questão de aritmética, não é uma questão de economia.

LP: Em 71 a USAID encerrou as atividades, isso impactou para o Brasil? Eu falo no sentido de que os *Soft Loans* terem sido muito importantes, especialmente no período do campos.

DN: Não em 67 já tinha diminuído muito. Ela foi muito importante no ajuste inicial. Foi um ajuste brutal. Bom, o trabalho do Campos e do Bulhões é uma coisa extraordinária. Nos primeiros três anos do Castello ele realmente puseram ordem no país. Promulgou uma constituinte, uma constituição bastante razoável, teve um papel muito importante, mas eles nos ajudaram. Quando terminou a USAID nós já tínhamos musculatura pra continuar sozinhos.

LP: EM 69 o s.r. fez o encerramento do primeiro Congresso Nacional de Processamento de Dados lá no Hotel da Glória no Rio de Janeiro, como analisa a comunidade de processamento de dados naquele período?

DN: Nós estávamos tentando estimular o crescimento do setor. E deve ser isso, eu nem me lembro mais do discurso, mas ele deve estar lá...

LP: Era sobre tecnologia e sociedade.

DN: Era aquela concepção que dominava o governo naquele instante.

LP: E como que era pro s.r. um indivíduo mais liberal lidar com as ideias mais nacionalistas do regime?

DN: Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu sempre defendi e continuo defendendo você não pode produzir tudo. Mas as vantagens comparativas não são dadas por Deus. As vantagens comparativas são construídas. O Brasil construiu enormes vantagens comparativas, eu não tenho... a minha ideia... eu não sou a favor de estado mínimo, eu sou a favor de estado eficiente. De forma que a minha concepção sempre implicou em uma intervenção importante do estado. Não só com planejamento... quer dizer não é um planejamento soviético um planejamento socialista essas bobagens, era um planejamento indicativo em que você dá pro setor privado um horizonte de quatro cinco anos pra frente e na medida que vai se completando o setor privado vai acreditando e despertando o seu espírito animal para investir. Então esse é o ponto central. Economia é confiança, economia é um estado de espírito, só cresce quem acha que vai crescer. Por isso que eu fico triste com o estado de espírito que existe hoje. Hoje o sujeito todo tem há dificuldades, mas qual é a situação dele? Ele sai daqui e senta ali na guia da esquina e vai lá chorar. Não, pra sair de onde está tem que sair daqui e trabalhar. Então a incorporação do conhecimento técnico era fundamental.

LP: Durante sua atuação no ministério da fazenda o uso de computadores no Brasil tem um crescimento exponencial chegando em 74 a ser a terceira pauta de importação do país. Existia uma estratégia do governo em relação a esta tecnologia?

DN: Existia, mas eu acho que o programa do governo em vez de ajudar atrapalhou. Porque tinha uma demanda muito grande. De novo, foi uma ambição exagerada, porque tinham outros objetivos. É o que eu digo, a indústria de computadores era um instrumento, o Brasil queria na verdade o domínio da tecnologia do átomo, o governo queria o domínio da tecnologia do vetor portador e esta tecnologia as duas coisas dependem basicamente de altos mecanismos de computação que não são cedidos. Não adianta você querer comprar um computador pra trabalhar na tecnologia da a tecnologia atômica, não está à venda. Não adianta você querer comprar um computador, você está construindo um vetor portador, não está à venda e quando você compra vem com restrições. Então por isso que eu digo, tinha o objetivo, talvez fosse, o objetivo até era correto mas o mecanismo pra atingi-lo é que prejudicou o outro. Então você importava tudo. O problema é que depois disso aumentou enormemente o custo da tarifa.

LP: O s.r. fez parte da SEPLAN entre 79 e 85, período de gestão, tramitação e aprovação da que ficou conhecida como Lei de Informática. Em 79 foi criada o Serviço Especial de Informação (SEI), tendo assinado o decreto lei o presidente Figueiredo, o chefe do gabinete militar Danilo Venturini e o s.r. Como equacionava suas perspectivas com as do SEI?

DN: Era contrário, tanto eu quanto o Ernane Gauvêas que era ministro da fazenda e teve um papel muito importante no debate interno contra a lei da SEI. A lei da SEI é o que eu disse, havia outro objetivo. Eu assinei mesmo, eu fazia parte do governo mas tanto o Ministério do Planejamento como o ministério da Fazenda eram contra os exageros da lei.

LP: A SEI tentava trazer para si coisas demais?

DN: A SEI tentava trazer pra si coisas que eles nem sabiam. O problema da SEI é um problema interessante que é o da ignorância. Você legisla sobre o que não saber que está legislando. Era míope, essa era a verdade.

LP: A sei tinha um caráter mais militar do que técnico.

DN: A ideia é que você tinha que desenvolver a capacitação de computação pra objetivos claros, que eram o domínio do átomo e do vetor portador.

LP: Como o s.r. avalia a lei de informática especialmente no tocante a capital nacional e externo e a reserva de mercado?

DN: A reserva de mercado não teve efeito, tanto é verdade que o resultado foi pífio. Você fez reserva de mercado e não desenvolveu tecnologia interna nenhuma, senão desenvolveu pouca coisa. Ela era muito exigente em componente nacional. Infelizmente nós tínhamos objetivos contraditórios. O objetivo da Lei de Informática era uma capacitação de cálculo para resolver dois problemas que não existia disponibilidade lá fora. Nisso você matou um coelho que não tinha nada a ver com isso, que era o uso da tecnologia para o uso da indústria nacional, para a incorporação de benefícios, para a generalização do uso de computador. Aqui é o que eu digo, governo não é aquilo que você quer. Você é solidário com aquilo, você é solidário com o teu governo. Eu assinei aquilo em solidariedade ao governo, e depois de ter sido vencido na argumentação, é isso. Mas eu quero insistir que o grande opositor interno foi o ministro Gauvêas.

LP: Numa entrevista mais recente vinculada ao *valor econômico*, o s.r. comentou que não utilizava computador, como vê a diversificação de usos do processamento de dados?

DN: Eu vejo com normalidade. Eu não estou no computador, mas está tudo aqui, eles me passam, eu leio e devolvo, eu continuo funcionando, eu não tenho proficiência no computador, tanto que eu não escrevo meus artigos no computador, eu continuo escrevendo na máquina porque o barulho da máquina é que me inspira. Agora eu vi que fizeram um computadorzinho que você coloca na máquina de escrever e sai na tela, eu até mandei a Bety (secretária do economista) espiar.

LP: Nesse caso para encerrar essa entrevista sobre a história da informática e sua participação, o s.r. acha que o Brasil entrou bem ali na década de 1970, 1980 nesse mercado digital?

DN: Entrar bem eu acho que talvez fosse um exagero, ele entrou com um pé arrastando.

LP: Era o que dava pra se fazer no período?

DN: Hoje, olhando em perspectiva, eu diria que se nos tivéssemos sido um pouco mais liberais como insistia o ministro Gauveias, como insistia o (Roberto) Campos, eu acho que o resultado teria sido melhor. Nos teríamos tido menos exigências, mas incorporaríamos a tecnologia quase naturalmente. O excesso de exigências destruiu um bom programa. Como está acontecendo coma Petrobras. Enquanto a Petrobras quiser que 60% de seu fornecimento seja interno e participar de tudo vai dar em porcaria.

LP: Quanto à questão das cópias o s.r. havia comentado em uma entrevista de 1973 que não via problemas na ideia da cópia, o problema era o roubo da patente. Como analisa essa questão da tecnologia no Brasil em relação à cópia?

DN: Deixa eu lhe dizer, o Brasil sempre foi muito mais respeitador do que a China por exemplo. Nós nunca tivemos a falta de vergonha de copiar direto. Nós nunca tivemos a falta de vergonha de desmontar o carro, reconstruir e dar o seu nome. O Brasil fez uma plataforma de exportação muito bem sucedida o FLEX que foi destruída depois, inclusive pela lei de informática. Você não precisa ter uma fábrica nacional de automóveis. Você precisa ter e uma tecnologia embarcada

no Brasil, como era o projeto do FIEX era projetar carros universais no Brasil e nós produzíamos, nós chegamos a ter uma plataforma exportadora importante, sem exigir o absurdo.

LP: O s.r. acha que depois de sua administração, a chegada do general Geisel ao governo ajudou a travar o mercado de tecnologia?

DN: Na minha opinião o governo do Geisel pagou o preço de não ter entendido o que estava acontecendo no mundo. O Geisel sempre supôs que soubesse mais de petróleo do que Deus. Sempre. Ele imaginava que era um profundo conhecedor do mercado de petróleo e ficou 25 anos a Petrobras produzindo 100 mil barris por dia. Quando veio a crise o Brasil pagou o preço, o Brasil importava 80 do consumo de petróleo, depois ele tentou corrigir, fez contratos de risco mas era tarde.

LP: O sr. na época defendia o uso da tecnologia estrangeira para aprimorar a extração.

DN: Isso em 72, nos nunca teríamos estourado em 82 se tivéssemos feito aquilo. Mas não fui eu quem falou isso. Quem me disse que ia haver uma confusão se chama Giscard d'Estaing.

LP: O sr. foi avisado anteriormente da questão da subida do preço do petróleo?

DN: O Giscard me disse em 71 em Roma na reunião do fundo: se prepara Delfim que os árabes vão fazer um cartel. Nos pagávamos um dólar e meio o barril de petróleo, o Giscard disse "vai ser absurdo vão passar para 6", passaram para 42.

LP: Durante sua administração o s.r. tentou a alguma ação?

DN: Claro o Geisel se opôs, se você quiser você tem que ouvir o ministro da Energia, Antônio Dias Leite Jr. O Dias Leite participou dessa reunião, aliás acho que essa discricção está no livro dele sobre história da energia.

LP: Muito obrigado pelas informações, há algo sobre o tema que o senhor gostaria de acrescentar?

DN: Não, não, o que eu sabia eu falei, agora você quer saber o que eu não sei.

147

Notas e referências bibliográficas

Lucas de Almeida Pereira é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Suzano, e pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

- 1 Entrevista concedida ao pesquisador Lucas de Almeida Pereira, Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. A entrevista foi realizada no escritório de Antônio Delfim Netto no dia 23 de março de 2015.
- 2 Três dos primeiros operadores do computador do Centro de Cálculo Numérico eram engenheiros recém-formados pelo Instituto de Tecnologia da Aeronáutica: José Dion de Melo Teles, Valdemar Setzer e Antonio Carlos Rego Gil. Sobre a relação entre a primeira geração de engenheiros do ITA ligados à informática ver: DANTAS, V. Iteotas. In: *Guerrilha Tecnológica. A verdadeira história da política nacional de informática*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- 3 Todos volumes publicados pela comissão foram digitalizados e disponibilizados pela Fundação Getúlio Vargas. Disponível no sítio: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12368>.
- 4 Neste período o uso e instalação de computadores no Brasil cresceu na faixa de 30% ao ano, esse crescimento e os custos associados (que impactava no valor total de importações na balança comercial) levou o governo a criar um órgão federal para análise, assistência e controle de importações de computadores, a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE). Para mais informações desse processo ver: HELENA, S. A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais. *Revista de Administração Pública*. v.14, n.4, p. 73 - 109, 1980.